



ESTADODE MATOGROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAJUDICIÁRIA

ORIENTAÇÃO Nº. 8/2019-CJ

Orienta quanto a intimação da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual no âmbito do 2º Grau

Em razão da decisão proferida pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça – Des. Carlos Alberto Alves da Rocha no CIA nº 0109644-65.2018.8.11.0000, oriento a todos os servidores da Área Judiciária quanto a necessidade da correta operação do Processo Judicial Eletrônico – PJE no que diz respeito à intimação da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual. Para tanto, encaminho a tabela com os prazos que devem ser seguidos para cada área: Direito Público, Privado e Criminal.

MINISTÉRIO PÚBLICO	PARECER	ACÓRDÃO	MONOCRÁTICA
DIREITO PÚBLICO	30 DIAS - Art. 180 do CPC 15 DIAS - Agravo de Instrumento (art. 1.019 c/c Art. 180, §2º do CPC)	30 DIAS - Art. 180 do CPC	30 DIAS - Art. 180 do CPC
DIREITO PRIVADO	05 DIAS - Reclamação (Art. 991, CPC) 10 DIAS - Lei do Mandado de Segurança (Art. 12, Lei 12.016/2009) 15 DIAS - Agravo de Instrumento (Art. 1.019, III, CPC) IRDR Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Art. 982, III, CPC) 30 DIAS - Apelações, Ações Rescisórias (Art. 178, CPC)	30 DIAS - Art. 180 CPC	30 DIAS - Art. 180 do CPC
CRIMINAL	10 DIAS – HABEAS CORPUS 30 DIAS – RÉU PRESO 60 DIAS – RÉU SOLTO (decisão CIA nº 0014180-77.2019.8.11.0000)	15 DIAS	05 DIAS

MARIELY CARVALHO STEINMETZ
Coordenadora Judiciária